

**O CARÁTER CRIATIVO E TRANSFORMADOR DO HOMEM NA
COMPREENSÃO DO SUJEITO EM GEOGRAFIA**

THE CREATIVE AND TRANSFORMER CHARACTER OF MAN IN THE UNDERSTANDING OF THE
SUBJECT IN GEOGRAPHY

Elias Lopes de Lima
Departamento de Geociências/ICH/UFJF
Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário
CEP: 36036-900 - Minas Gerais, Brasil
E-mail: elias.lopes@ufjf.br
ORCID: 0000-0001-6051-1441

Resumo

O objetivo desse artigo é fundamentar uma dimensão da realidade humana pouco explorada nos trabalhos de geografia que propõem retratar aspectos comumente relacionados aos indivíduos e grupos sociais na qualidade de sujeitos. Tais estudos ora destacam as propriedades subjetivas expressadas nos sentimentos, na manifestação de uma identidade, no simbolismo emprestado aos artefatos etc.; ora realçam o protagonismo, a postura contestatória, o espírito combativo dos atores sociais, entre outros aspectos. Eles nos auxiliam a conceber uma forma relativa ao sujeito: a classe, a mulher, a(o) negra(o), a juventude. Porém, pouco ou nada dizem sobre o seu conteúdo. Não é raro que essas leituras ignorem as condições gnosiológicas que nos permitem compreender uma faceta substantiva do sujeito. Uma imanência objetiva indispensável que nos autoriza compreendê-lo a partir do seu caráter criativo e transformador refletido na produção do espaço, em especial no desvelamento de novas formas-conteúdo do espaço geográfico.

Palavras-chave: sujeito, objeto, espaço, criatividade, forma-conteúdo.

Abstract

The objective of this article is to substantiate a dimension of human reality that is rarely explored in geography works that propose to portray aspects commonly related to individuals and social groups as subjects. Such studies sometimes accentuate the subjective properties expressed in feelings, in the manifestation of an identity, in the symbolism borrowed from artifacts, etc.; sometimes they emphasize the leading role, the contesting posture, the combative spirit of the social actors and other aspects. They help us to conceive a form relative to the subject: the class, the woman, the black, the youth. However, they say little or nothing about its content. It isn't uncommon for these readings to ignore the gnosiological conditions that allow us to understand a substantive facet of the subject. An indispensable objective immanence that allows us to understand it from its creative and transforming character reflected in the production of space, especially in the unveiling of new content-forms of geographic space.

Keywords: subject, object, space, creativity, form-content.

1. Introdução

A geografia é um campo de produção do conhecimento franqueado a múltiplos objetos temáticos, todos reunidos sob o imperativo categórico do espaço, que por seu poder de transversalidade e universalidade admite o inter cruzamento dos mais variados objetos. É claro que essa diversidade de objetos específicos reflete a própria multiplicidade de fenômenos e conteúdos geográficos, de maneira que mesmo um estudo de caso sobre alguma pequena área poderia incluir uma grande variedade de tópicos. Como lembra Hartshorne (1978, p. 180), “a geografia é um campo cuja matéria inclui a maior complexidade de fenômenos, e, ao mesmo tempo, preocupa-se, mais do que a maior parte dos outros, com estudos de casos individuais”. Milton Santos (1978, p. 120) concorda que

As formas com que [o espaço] se apresenta e o seu conteúdo são tão variados, que a tarefa de incluir em uma unidade de definição uma tão grande multiplicidade fatural surge como um obstáculo de peso, sobretudo porque, tanto a metodologia cotidiana como a própria conceituação estão carregadas das múltiplas acepções correspondentes aos outros tipos de espaço.

Em outras palavras, não se pode afirmar um consenso acerca do sentido e significado do objeto geográfico, já que são variadas e, em alguns casos, até mesmo conflitantes as concepções de espaço entre os geógrafos. Aliás, alguns geógrafos sequer concordariam sobre a conclamação do espaço enquanto objeto de sua ciência. Não faltariam alternativas: superfície terrestre; relação homem-meio; paisagem integrada etc. Sauer (2004, p. 12) observa a este respeito que “enquanto os geógrafos discordarem em relação ao seu objeto, será necessário, através de definições repetidas, procurar uma base comum sobre o qual uma posição geral possa ser estabelecida”. Entedemos, assim, que todas essas variáveis subtendem um sentido de ser do espaço a título de “base comum”.

Essa profusão de sentidos sobre o objeto da geografia vai implicar no estabelecimento de um sujeito tanto quanto mais difuso, já que este está sempre enredado numa relação de objetividade com o objeto para o qual se inclina. Múltiplas são as subjetividades enredadas na produção epistêmica do espaço e principalmente em sua reprodução material. A dificuldade em estabelecer um consenso objetivo deve-se, de certo modo, à expansão do caráter inconstante e indiscernível do sujeito (LIMA, 2014; BADIOU, 1994), que em parte implica também uma inconstância do objeto. Atribuir tal diversidade ao caráter indiscernível do sujeito é, no entanto, somente uma maneira alternativa de lançar luz ao problema, já que não é ele mesmo o elemento desencadeador desta pluralidade objetiva, senão um ingrediente que consta muito mais como o seu produto, uma vez que o sujeito só pode ser concebido implicado em meio aos seus noemas, isto é, sob os diferentes modos de apreensão objetiva.

Não é raro que essa implicação assuma um tamanho poder de determinação objetiva inversamente proporcional à indeterminação do sujeito. Sujeito este expresso na plêiade de interpelações abstratas (sobretudo filosóficas) que intervêm no discurso geográfico quando esta objetivação é, por assim dizer, relativizada, mas sem que se possa efetivamente objetivar o sujeito. Qualquer tentativa de capturá-lo numa unidade inteligível compromete um “sincretismo” objetivo geográfico: sua propriedade de tratar de *tudo* ao mesmo tempo e de *nada* em especial. “Acabamos, por isso, tendo uma multiplicidade tão grande de geografias que justificaria a um espírito irônico dizer que, nos dias de hoje, há muitas geografias mas nenhuma geografia” (SANTOS, 1978, p. 92).

É de longa data (pelo menos desde Kant) a ideia de que o espaço, assim como o tempo, impõe um condicionamento à objetivação dos fenômenos do real. O paradigma geográfico contemporâneo reitera o caráter condicionante do espaço, porém não exatamente como um *a priori* ordenador da sensibilidade e do entendimento acerca dos fenômenos, senão como contrapartida de ser um espaço historicamente produzido, daí então seu poder de determinação social sobre as formas de objetivação dos fenômenos.

“Assim, espaço é atributo do ato de cognição do mundo. Mas como tal, não é um dado a priori, como queria Kant, e sim algo que emerge como construção social, um atributo cultural, uma forma de ver e compreender o mundo”, explica Martins (2007, p. 37).

Todavia, trata-se, com efeito, de um complexo jogo de determinações recíprocas, cuja eventual polarização em uma das partes (a sociedade ou o espaço, o sujeito ou o objeto) resultaria numa débil apreensão formal. Ao se restabelecer o tempo como uma dimensão indissociável da produção social do espaço (SANTOS, 1996), a materialidade herdada da produção social pretérita torna a condicionar a produção social do espaço no presente, numa trama de interferências mútuas cujo tensionamento acaba por forçar o desvelamento de novas formas-conteúdo realimentando todo um ciclo de determinações. Nesses termos, concordamos com Santos (1978, p. 1), para quem “o novo não se inventa, descobre-se”, de maneira que “a simples apreensão da coisa, por seu aspecto ou sua estrutura externa, nos dá o objeto em si mesmo, o que ele *apresenta* e não o que ele *representa*” (ibid., p. 69).

O objetivo desse artigo é avaliar de forma fundamentada o caráter criativo e transformador do sujeito concernente à produção do espaço, em especial, no que se refere ao desvelamento de novos conteúdos do espaço – um aspecto quase sempre ignorado quando o sujeito é evocado nos mais variados trabalhos geográficos na atualidade. Alguns estudos costumam explorar as propriedades subjetivas do sujeito expressadas nos sentimentos, no simbolismo emprestado aos artefatos, na manifestação de uma identidade, na memória implícita nos monumentos etc. Outros, ainda, realçam o protagonismo dos agentes sociais, sua postura contestatória, seu espírito combativo, entre outros aspectos. Contudo, não é raro que essas leituras ignorem as condições gnosiológicas que nos permitem compreender uma faceta substantiva do sujeito. Uma imanência objetiva indispensável que nos autoriza compreendê-lo a partir do seu caráter criativo e transformador refletido na produção do espaço, em especial no desvelamento de novas formas-conteúdo do espaço geográfico.

2. O espaço como condição do caráter criativo e transformador do sujeito

O espaço geográfico está repleto de conteúdos a serem descobertos ou desvelados. Conteúdos estes que, para todos os fins, são franqueados ao homem por meio de um princípio de conaturalidade entre o corpo, sede irreductível de toda experiência sensível, e a existência mundana (MERLEAU-PONTY, 2005). Para efeito de nossas preocupações nessas breves linhas, entendemos essa relação ontológica como constitutiva ou mesmo imanente do espaço geográfico, domínio sócio-material de toda a realidade geográfica. Em

termos geográficos, diríamos que o espaço desvela novos sentidos tornando inteligíveis os conteúdos que até então permaneciam ocultos e forçando a transformação dos modos de existência subjacentes às condições históricas e materiais em jogo.

Mas reclamar um sujeito no âmbito da produção geográfica não significa, de modo algum, recuperar a centralidade da relação homem-meio na geografia. Pelo menos não da maneira ingênua como esse tema vem sendo abordado pelo discurso ambiental (que toma o homem como uma entidade genérica), embora seja quase uma unanimidade entre os geógrafos que o seu campo de estudo abarque o conjunto da complexa rede de fenômenos humanos e naturais. Nesse caso, não consiste em apenas atestar a participação do homem nas transformações em curso e na consequente edificação do conhecimento geográfico para, por fim, atribuir-lhe responsabilidade pelos impactos decorrentes. Essa participação é um fato consumado. Trata-se, de outro modo, de avaliar o caráter criativo (ou mesmo passivo) cujo impacto transformador nos permita compreender uma faceta dificilmente clarificada dos homens e mulheres: sua qualidade de sujeito.

Para todos os fins, não é propriamente o homem como uma unidade geral (um fator antrópico, a população ou a humanidade) que autoriza compreender o sujeito enredado nos fenômenos geográficos, senão o homem na qualidade de um agente transformador do espaço enquanto uma condição prática de sua existência material e de sua consciência. É o caráter criativo e transformador do homem, o que lhe qualifica como um sujeito ativo, que interessa-nos sublinhar. Nesse sentido, seria válido questionar o caráter genérico do homem, na medida em que a concretude implicada na caracterização de um sujeito criativo transformador exige compreendê-lo sob múltiplas identidades e modos de existência: de classe, de gênero, de cor, raça e/ou etnia, de territorialidade etc.

A qualidade criativa e transformadora do homem aflora, instituindo-o como sujeito, a partir de um domínio tênue entre a objetividade determinada (o fenômeno) e uma objetividade potencialmente factível. Um passo à frente da *coisa* (enquanto um dado indiscernível do real), já que corresponde aos conteúdos negligenciados na própria experiência do sujeito, e não na abstratividade da realidade numenal (em sentido kantiano). Por algum motivo, não raro atrelado a uma ordem ideológica constituída, não se atribui esta qualidade a uma ou outra forma objetiva, senão à forma que melhor atende aos interesses dos grupos ou classes dominantes, ou, ainda, ao acaso das correlações de forças. Santos (1978, p. 69) percebe que “o objeto é o resultado de determinações paralelas e concomitantes da estrutura *nua* e da ideologia”. Portanto, essa estrutura *nua* (sobretudo, o conteúdo coisificado) não é totalmente *despida* dos condicionamentos históricos acerca dos quais o sujeito, enquanto agente transformador, e não somente idealizador, está implicado.

Negar a ideologia, como algumas correntes de identificação culturalista costumam

fazer só confirma seu poder assaz determinante, concorrendo para essa constatação narrativas tanto mais sutis quanto mais cínicas. De outro modo, a variedade de apreensões representacionais e de tomadas de ação estaria de certo modo amarrada por um laço que unifica muitas das efusões subjetivas acerca de um determinado conteúdo, atribuindo-lhe assim uma forma objetiva. E uma vez que o sujeito derivado desse movimento consiste num sujeito corporificado, a intersubjetividade inerente à trama ideológica em jogo comparece sempre como *corporeidade*, expediente metodológico este que deixa margem a uma progressiva apreensão daquela variedade perceptiva não endossada na experiência a título de objetivação – exatamente esta a parcela sobressalente dos conteúdos informes do espaço. Ou seja, o fato do sujeito estar subjacente à corporeidade o compele a uma progressiva objetivação da realidade em derredor, já que o corpo é do mesmo estofa sensível das condições existenciais as quais se encontra implicado (MERLEAU-PONTY, 2005).

Este dado abre perspectivas para a compreensão da apropriação dos conteúdos indeterminados do espaço a partir da própria objetivação dos fenômenos geográficos, expediente este que não se reduz a uma apropriação formal dos conteúdos em função do concurso do sujeito corporificado no edifício de objetivação. Parecendo concordar com essa imanência objetiva, La Blache (2002, p. 146) escreve que “uma necessidade do espírito nos incita a restituir o detalhe isolado, por si mesmo inexplicável, a um conjunto que o esclarece”. Isto não significa que o sujeito, a despeito de sua corporeidade constitutiva, detém completo poder de determinação sobre a objetividade geográfica, ele seria antes um dado mediador da objetividade.

Lefebvre (1991, p. 176) argumenta, a propósito, que o sujeito não acrescenta absolutamente nada de essencial ao conteúdo objetivado. A forma atribuída ao conteúdo pelo sujeito é nada mais que um sentido provisório em direção ao seu significado efetivo. No que ele atribui ao conteúdo uma forma específica limita-a, desde logo, a uma aparência momentânea da essência da coisa. Merleau-Ponty (1999, p. 148) acrescenta, ademais, que “se o conteúdo pode verdadeiramente ser subsumido sob a forma e aparecer como conteúdo *desta* forma, é porque a forma só é acessível através dele”, e não por determinação de uma inspeção puramente subjetiva.

Concorre para este edifício de objetivação um campo intersubjetivo que envolve o plano da ideologia, da alienação das qualidades criativas dos sujeitos, das relações de poder (inclusive de poder dizer, poder significar), e não exatamente um sujeito isolado em sua subjetividade reduzido a mera consciência de si. A partir de uma espécie de triagem intersubjetiva, o sujeito atribui uma forma objetiva aos fenômenos geográficos com os quais se depara na medida em que seus conteúdos se apresentam ao seu discernimento, pelo

que lhe facultaria sua própria experiência prática, uma vez reunidas as condições histórico-materiais para tanto. Essa determinação permite que a forma-conteúdo aparente se expresse como o próprio real, isto é, como um modo de ser do todo ontológico ou ainda como um ser social, comparecendo, em todo caso, como um objeto pretensamente universal.

Para todos os efeitos, o espaço secreta muitos conteúdos cujas formas objetivas não compareceram ainda ao discernimento dos sujeitos implicados em sua incessante reprodução social, seja por questões ideológicas, por correlações de forças assimétricas que permeiam a intersubjetividade, seja por não fazerem sentido algum à inteligibilidade em dada conjuntura paradigmática. A relação dialética entre a forma provisória e o conteúdo objetivado se dá sobre um “fundo”, isto é, uma miscelânea de conteúdos informes passíveis de serem objetivados consistindo num plano abstrato por não aludir à concretude da forma-conteúdo. Como reconhece Žižek (2008, p. 68) “essa lacuna irreduzível entre o sujeito e seu ‘fundo’, o fato de o sujeito nunca se encaixar inteiramente no ambiente, nunca estar inteiramente embutido nele, define sua subjetividade”. Na mesma linha, Maffesoli (1998, p. 87, 88) considera que “a forma exprime a intensidade de uma existência e, ao mesmo tempo, admite a inexistência da potência, isto é, daquilo que poderá, algum dia, advir à existência”.

Entretanto, não é exatamente o fundo e seus conteúdos indetermináveis ou uma existência em potencial que permitem uma reapropriação objetiva de maneira a autorizar entrever o caráter transformador do sujeito; senão *um* fundo em que estariam alocados determinados conteúdos concernentes à sua própria experiência e que por algum motivo não foram aproveitados a título de objetivação. Um conteúdo acerca do qual não se atribuiu uma forma objetiva, menos, porém, por constar como uma “coisa-em-si” kantiana que por ter sido reificado (coisificado) no processo de produção social do espaço. Trata-se de uma faixa marginal da experiência para onde é relegado tudo quanto é contingente, aleatório, inconstante ou tudo que, no fenômeno, não é submetido a um ordenamento por meio de um princípio ou lei fundamental. Daí por que Merleau-Ponty (1999, p. 147) vai sustentar que “no que concerne à espacialidade (...) o corpo próprio é o terceiro termo, sempre subentendido, da estrutura figura [forma] e fundo, e toda figura se perfila sobre o duplo horizonte do espaço exterior e do espaço corporal”. O sujeito corporificado é assim um requisito, um dado mediador, para que a forma compareça como uma aparência sempre provisória no curso da apropriação objetiva do espaço geográfico.

Com efeito, esta plataforma objetivo-sensível, muitas vezes radicada na própria experiência dos sujeitos sociais, de uma maneira ou de outra (geralmente, impulsionada pelas contradições na ordem do acontecer social) *força* o seu desvelamento como forma-conteúdo na teoria espacial. O esvaziamento político que Lacoste (1997, p. 33) põe em

relevo ao denunciar o descrédito de uma geografia enfadonha e desinteressante, a “geografia dos professores”, confrontada com a geografia hegemônica dos Estados Maiores mediante a omissão academicista é uma expressão deste desvelamento de conteúdo. Lacoste está criticando a uma geografia aplicada nos moldes do modelo fragmentário neopositivista. Sua proposta, reação a este modelo, tem todos os requisitos para a implementação de uma geografia do sujeito, a julgar pela concepção de espacialidade diferencial. Conceito este que admite uma diversidade de representações espaciais de dimensões e conteúdos variados, correspondente a uma multiplicidade de fenômenos e práticas sociais. No horizonte objetivo da espacialidade diferencial, no seio da qual o olhar especializado sucumbe à dialética do uno e do múltiplo, a paisagem (que num contexto positivista de apreensão dos fenômenos era o eixo articulador da fragmentação positivista: geomorfologia, climatologia, demografia etc.) passa a acolher a diversidade segundo os mais variados gêneros de classe dos fenômenos.

A ideia de diferença aparece em geografia de forma mais sistematizada, inicialmente, como um expediente metodológico reduzida a uma variação corológica. Introduzida e adaptada por Hettner para empreender um exame comparativo de “diferenciação de áreas”, foi em seguida aproveitada por Hartshorne que incorporaria, inclusive, seu caráter de variação corológica. Aqui, o método regional assume um atributo epistemológico quando assume efetivamente a diferença como fator preponderante da dialeticidade entre o particular e o geral, não por acaso Hartshorne (1978, p. 18) compreendia uma redundância lógica entre as noções de diferença e similaridade. Ainda que não assuma explicitamente, o procedimento utilizado por Hartshorne está eivado de uma dialética que confronta o idiográfico e o nomotético, o particular e o todo – estas oposições subsumindo-se, por conseguinte, ao método regional. Reclamar a diferenciação de áreas é, para Hartshorne, uma forma de reafirmar a região como síntese de múltiplas variáveis geográficas.

A diferenciação que ora enfatizamos é uma alusão a performances somático-espaciais que retoma e desloca o sentido daquela noção corológica aludida por Hartshorne e Hettner em face do horizonte espacial do sujeito corporificado, pendendo mais para o sentido que Lacoste atribuiu à noção de espacialidade diferencial ou ao conjunto de considerações interescalares que entrecruza o local e o global e algumas outras formas correlatas que mais recentemente Massey (2000, 2008) teceu sobre a diferença em largo sentido para a análise geográfica e a produção do espaço.

A experiência da corporeidade conjunta dos sujeitos reserva à trama da espacialidade diferencial o friccionamento entre os aspectos fenomenais e os aspectos refratários e acidentais da síntese objetiva resultante, isto é, a passagem da coisa ao objeto, do espaço *per se* à espacialidade, no sentido que lhe confere Soja (1993). A

espacialidade diferencial implica uma sobreposição das mais diversas representações ou dimensões de fenômenos espaciais de modo que sobressaia um horizonte objetivo como síntese da confrontação das mais diversas dimensões diferenciais em jogo, tanto no que se refere ao eixo transversal das diversas ordens de grandeza geográficas como dos aspectos qualitativos que lhe prestam subsídios. Se hoje muitos fenômenos podem ser multi-interescalares e multidimensionais, também os sujeitos neles implicados assumem esta projeção plural. Mas é claro que não é propriamente o ator social quem determina esse caráter pluriescalar e dimensional, senão sua implicação em relações ou fenômenos que demandam este “vai-e-vem” de escalas. Não devemos esquecer que a escala é um expediente analítico, um recurso metodológico que aguça nossa percepção acerca da complexidade do mundo, embora seja cada vez mais crescente o entendimento da escala como um produto social (MOORE, 2018). É preciso discernir, contudo, que a multiplicidade é tributária da unidade e vice-versa, não somente no plano analítico ou metodológico, mas também e principalmente como expressão de práticas concretas reais.

Uma vez que cada sujeito carrega, em tese, a possibilidade de obter uma percepção própria acerca de um fenômeno geográfico qualquer que seja, o espaço, na qualidade de um meio catalisador de todos os fenômenos (reflexo de seu poder de cooptação intersubjetiva), torna-se o ponto focal comum a cada um deles. O eixo de intersecção ou interação é exatamente o fenômeno espacial tornado objeto a partir da experiência intersubjetiva. No contraste ou diferença entre cada campo prático ou de presença, cada recorte espacial, cada objeto de análise se potencializa com a reabsorção do sentido diferencial até então olvidado na própria experiência de objetivação. A possibilidade de poder partilhar tais impressões com outrem por meio de perfis perceptíveis diferenciados é que dá o tom da intersubjetividade corpórea. Tudo isso por entremeio da relação de base corológica, a localização dos fenômenos geográficos e a situação histórico-geográfica dos agentes produtores do espaço corporalmente enredados na trama da geograficidade.

O que a diferença nos conclama a discernir em termos de apreciação dos fenômenos geográficos é, dentre outras possibilidades, a profusão de conteúdos que não se apresentara à consciência a título de forma objetiva.

3. O desvelamento dos conteúdos informes do espaço

A realidade geográfica é um dos domínios que melhor exprime e inspira a retomada ampliada da consciência, já que o espaço é condição de toda reprodução social. Assim nos confirma Besse (2011, p. 126), para quem “a geografia não tem outra vocação que não seja a de recordar infatigavelmente aos homens a contingência irremediável das situações com

que se defrontam e a responsabilidade irreversível diante dos fatos”. O espaço é uma das principais fontes de efusões objetivas dos sujeitos dada suas características estruturais como condição de produção social bem como de enraizamento cultural, como prescreve o paradigma geográfico atual. Como observa Massey (2008, p. 15), “o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos de mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. (...) E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio”. Ora, o espaço é justamente um desafio porque supõe um conteúdo objetivo que naturalmente transcende qualquer encapsulamento conceitual. É essa transcendência, uma vez que traz implicado um sentido apreendido, que autoriza compreender os aspectos criativos e transformadores do homem.

É sempre curioso constatar como alguns geógrafos, notadamente os clássicos da literatura geográfica, foram capazes de antever o essencial de uma objetivação de conteúdos geográficos sempre crescentes e o quanto ela influencia os modos de existência. Paul Vidal de La Blache, por exemplo, a despeito da imagem estereotipada e restritiva de sua obra, tinha esta determinação geográfica potencialmente objetiva em conta:

À luz das causas gerais em que o modo de ação se deixa apreender, as afinidades foram reconhecidas como sendo mais numerosas, ao mesmo tempo em que melhor fundadas. (...) Assim, quanto mais as páginas se multiplicam no estudo da Terra, mais se percebe que elas são folhas do mesmo livro. Eu acrescentaria que, desse ponto de vista, toda uma ordem de relações novas se abre ao espírito (LA BLACHE, 2002, p. 146).

Embora La Blache não endossasse abertamente esta progressão objetiva dos conteúdos geográficos como contrapartida e expressão da própria autoprodução humana (sua narrativa é qualificada por vezes como descritiva pela leitura desatenta de seus textos), esta conotação estava, em última análise, incluída implicitamente em seus postulados.

Max Sorre (2003, p. 142) admitia que o geógrafo deve sempre manter um “critério de disponibilidade”. Em face da contingência humana, recomendava ao mesmo tempo não subestimar a pressão do meio, “porque junto ao campo de possibilidades encontram-se também as parcelas veladas”. Ora, não é exatamente este o ponto em que estamos insistindo? Ecologia, complexidade, interdisciplinaridade, sociabilidade são algumas dos variados temas empregados por Sorre para entrever a unidade geográfica e até mesmo a unidade humana, antecipando alguns debates que aguardariam por, pelo menos, meio século para se consolidarem como consenso objetivo, embora ainda deixem a desejar se comparados à fina narrativa de Sorre. A ideia de ecologia em Sorre, por exemplo, agrega um sentido mais amplo do que se convencionou atribuir à dinâmica dos ciclos naturais no discurso ecológico atual, pois compreende mesmo uma “antropologia somática” que congrega atributos humanos, físicos e biológicos numa trama de complexos geográficos em

que o homem não se limita a um mero “fator antrópico”.

Carl Sauer é, a exemplo de Max Sorre, outro autor clássico da geografia que tomaria partido de questões ecológicas bastante avançadas para o seu tempo. Em um estudo intitulado *The Agency of Man on the Earth*, Sauer conclui que “o homem necessita de uma ética e uma estética que possibilitem que as gerações do presente possam legar as do futuro uma terra habitável” (CORRÊA, 2001, p. 18). O geógrafo norte-americano anteciparia, assim, o conteúdo de uma noção ecológica que somente algumas décadas mais tarde se apresentaria na forma conceitual do “desenvolvimento sustentável”.¹ Tendo um apurado discernimento acerca dos aspectos contingentes dos fenômenos geográficos, Sauer (2004, p. 61) considerava que

o que quer que seja místico é uma abominação. Entretanto, é significativo que existam outros, e entre eles alguns dos melhores que acreditam que, tendo amplamente observado e catalogado de forma diligente, ainda existe uma qualidade para ser compreendida em um plano mais elevado que não pode ser reduzido a um processo formal.

Certamente Sauer reconheceria Hettner dentre alguns dos “melhores” de que faz menção. O geógrafo alemão considerava que “a geografia grava os fatos individuais não apenas no momento em que reconhece sua condicionalidade geográfica, mas (...) facilmente pode acontecer que ela deva mencionar fatos cujas conexões causais ainda lhe são obscuras” (HETTNER, 2011, p. 149). Esse caráter sobejo dos conteúdos da realidade geográfica também remonta a uma preocupação de Hartshorne (1978, p. 39) em identificar “a medida de significância em geografia”, o que o levava a admitir ser “impossível estudar o conjunto total de fenômenos significantes da geografia de uma área” (ibid., p. 128). De acordo com o geógrafo norte-americano, “a geografia não pode apresentar todos os fatos de uma área, do mesmo modo que a história não pode registrar tudo que houver ocorrido” (ibid., p. 41). O autor afirmava com grande convicção que “um grande número de fenômenos que são importantes para o homem nunca serão cabalmente explicados em termos de causas antecedentes, porque certos fatores essenciais inevitavelmente escapam ao nosso conhecimento” (ibid., p. 165). Levantar a variação dos fenômenos numa mesma área, comparando-os entre si para, por fim, também comparar áreas entre si segundo algumas categorias de fenômenos similares e/ou mesmo diferentes, como propõe Hartshorne, não é a mesma coisa que entrever o desvelamento de novos conteúdos desses fenômenos ou mesmo de algum novo fenômeno. Não obstante, esta possibilidade só pode ser aventada a partir dos fenômenos já situados, herdados pela produção social passada. Com efeito, o cotejamento das diversas características dos fenômenos de uma mesma parcela do espaço

¹ O conceito de desenvolvimento sustentável foi inicialmente formulado em 1987 por ocasião da elaboração do Relatório Brundtland (intitulado *Nosso Futuro Comum*) pela então Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 no âmbito da Organização das Nações Unidas.

desperta, mais cedo ou mais tarde, a atenção para um ou outro conteúdo até então não considerado à guisa de objetivação dos fenômenos.

Obviamente, esta propriedade de antecipar (ou pelo menos ter em conta) alguns conteúdos informes do espaço não é privativa dos clássicos. Não faltariam geógrafos de nossa geração que deram importantes contribuições nesse sentido. Doreen Massey (2008, p. 144), por exemplo, partilha a ideia de que “o espaço nunca pode ser definitivamente purificado. Se o espaço é a esfera da multiplicidade, o produto das relações sociais, e essas relações são práticas materiais efetivas, e sempre em processo, então o espaço não pode ser fechado, sempre haverá resultados não previstos, relações além, elementos potenciais de acaso”. Para a referida autora,

o espaço jamais poderá ser uma simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. *Para* que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo (ibid., p. 32).

Parece evidente que essa agregação de significados aos fenômenos geográficos e até mesmo o desvelamento de novos fenômenos, seja lá qual o meio que se utilize para apreendê-los, varia em função do tempo, na medida em que esta progressão é, de certa maneira, condicionada por um processo de objetivação do real sempre crescente. Mas não se trata de um processo cumulativo no seu todo, em muitos casos os avanços ocorrem a partir de radicais rupturas. Uma vez identificados os conteúdos implícitos aos fenômenos, dado esse concernente à própria experiência e não a uma elucubração meramente abstrata, eles passam a nos colocar novos problemas e desafios, permitindo inferir uma nova teoria capaz de representar, porém sem jamais esgotar, a essência objetiva do real geográfico.

Embora pudéssemos continuar arrolando uma série de outros depoimentos acerca dos conteúdos informes do espaço na visão dos mais importantes geógrafos tanto do passado quanto do presente, cumpre discernir que na maior parte dos casos essa identificação não era mais que tangenciada, muitas vezes intuitivamente reforçada. Comprova-o a evidência de que seus respectivos objetos de estudo, por mais variados que fossem, atenuavam, por fim, as potencialidades objetivas do espaço, e não poderia ser diferente: La Blache e Sauer são exemplos claros quanto isso, mas de modo algum seriam os únicos. Estes aspectos contingentes aparecem aqui e alhures nos textos desses autores, muitas vezes de forma velada e sem ganhar destaque no interior de suas respectivas obras. Ao destacarmos o núcleo conceitual de seus postulados não encontramos tais conteúdos, senão a partir de uma leitura seletiva acerca dos aspectos retóricos muitas vezes decorativos e aparentemente irrelevantes que orbitam em torno de suas teses centrais.

Esta observação não inflige, obviamente, qualquer demérito a esses geógrafos e a quem quer que seja. Foucault (2008, p. 50) escreve que “não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade”. Parecendo concordar com o filósofo francês, Feyerabend (2007, p. 264) escreve que

esclarecer os termos de uma discussão não significa estudar as propriedades adicionais e ainda desconhecidas do domínio em questão das quais se precisa para torná-lo inteiramente compreendido, mas significa preenchê-los com noções existentes tiradas do domínio inteiramente distinto da lógica e do senso comum, preferivelmente ideias observacionais, até que eles próprios aparentem ser comuns (...). Ora, construir uma nova visão de mundo e uma linguagem nova correspondente é um processo que toma tempo, tanto na ciência quanto na metaciência.

Por isso, o desvelamento objetivo de novos conteúdos é um acontecimento extraordinário na ordem do saber – por vários motivos, mas principalmente por explicitar o caráter criativo do homem, sua qualidade de sujeito.

Poucos geógrafos tiveram a real compreensão desta extensão ao vir-a-ser geográfico (a uma consignação objetiva, se preferir) por meio do desvelamento dos conteúdos informes do espaço enquanto expressão das qualidades criativas do homem quanto Armando Corrêa da Silva. Vejamos:

o espaço transpassa o objeto, o envolve, apresenta-se como campo de forças e é inerente a ele, que o transporta consigo, modalidades de especialidade de que o espaço em geral é ainda fenômeno desconhecido da ciência, em que pese a ilusão promovida pela gravitação. (...) O devir passa por ter a si mesmo como sujeito, como complemento da liberdade social. Isso significa dominar o pensado e o dado; significa libertar-se das determinações – como esforço mais do que de simples abstração – e, ainda, propor-se o além da sobredeterminação, instante em que o metafísico ganha sentido. Porque apreender o metafísico é alcançar a humanização de si mesmo, sem o que o ser continua exterior ao sujeito. (SILVA, 2000, p. 13, 14)

Naturalmente, o horizonte objetivo nascido desses novos conteúdos do espaço vem instituindo novas subjetividades e impondo novas posturas aos sujeitos, sobretudo aqueles afeitos a uma vida regrada pelo arrabalde local e a uma economia de subsistência, obrigando-os a abrir mão de suas inclinações provincianas para se tornarem *cidadãos do mundo*. Entenda-se por isto não somente usufruir de direitos modernos, mas principalmente exercer deveres (inclusive no plano moral) ao converterem-se em força produtiva ou reserva de mercado numa divisão do trabalho global. A ampliação da divisão do trabalho a uma escala planetária faculta a que as variáveis e vetores que incidem sobre os sujeitos tenham implicações, tanto em termos práticos quanto no plano tético da consciência, num complexo de determinações geográficas que varia das implicações locais às globais. Isto torna a

realidade geográfica muito mais complexa do que quando, num passado não muito distante, as variáveis limitavam-se à escala local ou quando muito à nacional, sem que, contudo, houvesse uma articulação explícita entre as mesmas. O que constava apenas como uma virtualidade, uma “metafísica” no dizer de Armando Corrêa da Silva, como mencionado acima, converte-se numa condição geográfica da própria reprodução social, evitando-se assim em parte que “o ser continue exterior ao sujeito”.

4. Considerações finais

A geografia é um campo de apreensão dos fenômenos do real que, por mais que nos inclinemos a circunscrevê-los e delimitá-los, submetendo-os a leis, normas e doutrinas, por mais que nos esforcemos em abarcar o seu potencial objetivo, ainda que se eleve seu significado a uma valoração universal e apodítica, não somos capazes de esgotá-los, pois o espaço, seu objeto mais expressivo, secreta uma gama variável de conteúdos e sentidos dos quais não é possível nos assenhorar plenamente. A constatação de que a geografia ocupa-se tanto de aspectos ou fenômenos gerais quanto de acontecimentos particulares, reiterando sempre que possível a tradição nomotética e idiográfica fundante de sua institucionalização como ciência, conduz a um friccionamento constante e involuntário, por parte do pesquisador, condicionado pelas propriedades diacríticas e contingentes do espaço. A alusão à contingência e ao fortuito não significa aceitar que as determinações histórico-sociais da produção do espaço seriam abreviadas por ordem do acaso, pois todo acaso e contingência supõem riscos e esperança de êxito, elementos históricos fundamentais. Esta contingência é fonte de uma irresoluta implicação do sujeito nos fenômenos geográficos.

O fato é que a objetivação dos conteúdos espaciais compreende, ainda que de modo indireto e não muito evidente, alguns conteúdos informes do espaço, como demonstram alguns dos mais influentes autores da literatura geográfica. A consequente atribuição de formas objetivas a esses conteúdos até então indeterminados nos fornece um importante indicativo do sujeito em geografia. O progressivo preenchimento dessas lacunas objetivas implicaria assim na efetiva reprodução do conhecimento e até mesmo do *fazer* geográfico. Mesmo um estudo de caso, qualquer que seja o objeto de estudo, é um convite a transpor os limites deliberadamente impostos pelo pesquisador. Não porque os geógrafos tenham algum tipo de clarividência ou que os sujeitos enredados nessas aberturas sejam determinantes das mesmas, mas, antes, porque sua referência maior, o espaço, é a condição histórico-material (e não uma condição *a priori*) sem a qual não haveria sequer um sentido.

A própria indefinição de um consenso conceitual acerca do objeto geográfico, ainda que o identifiquemos terminologicamente como “espaço geográfico” (sem, contudo, reduzi-lo a uma forma objetiva definitiva), aponta para um indício de compreensão do sujeito, de vez que concorre para uma multiplicidade de apropriações objetivas. Que a geografia se mostre “menos capaz do que outros domínios de elaborar e empregar leis científicas”, como presume Hartshorne (1978, p. 180), não é bem um demérito quando o cientificismo passa a ser o principal alvo de crítica num contexto de revalorização do conhecimento. O teor contingente do espaço exige que os geógrafos problematizem também estudos de caso individuais; característica esta assentada na própria fundamentação da geografia como campo de conhecimento moderno, sobretudo a partir da individualidade regional ritteriana. Mas também pelo fato da paisagem, domínio sensível-conceitual no seio do qual se inicia e se encerra toda investigação geográfica, preservar, como atesta Sorre (2003, p. 137), “sua individualidade dado uma aparente permanência à escala de nossa observação”.

O problema deste último tipo de abordagem estaria, porém, em negligenciar os horizontes discursivos e analíticos que delineiam e explicitam as contradições estruturais (ou melhor, totalizadoras) da sociedade e com isso se furtar dos aspectos particulares e mediadores da produção social e do conhecimento. Não é raro que a avidez por reforçar os aspectos específicos e episódicos dos fenômenos sob o pretexto de privilegiar a diversidade e a diferença, atitude esta de evidente cariz pós-moderno e culturalista, repercuta numa estreita visão de conjunto. Com isso, negligencia-se igualmente que a multiplicidade e seus correlatos, se tomados como entidades puras (e, portanto, menos como um meio do que um fim), compõem apenas uma das etapas da dialética (ŽIŽEK, 2008); e não uma *novidade* subjetivada como pretensa resolução da contradição. Cumpre depreender que a multiplicidade e a diferença são, antes de tudo, mediações em deferência ao todo de possibilidades da realidade objetiva, e não um fim em si mesmas. Não se trata, portanto, de substituir a unidade objetiva por seu oposto espetacular, seja a diferença seja a multiplicidade, mas de depreendê-las a título de um sentido renovado que deriva do friccionamento dessas mesmas variáveis.

Sob essa forma de mediação que alinhava o particular e o todo, a geografia é forçada a reconhecer o movimento, a temporalidade e, por conseguinte, o “homem”, porém, menos como um *fator* geral (objetivado) do que como portador de atributos específicos e mediadores: sua qualidade de sujeito enquanto agente criativo e transformador é somente uma de suas possibilidades. O sujeito se mostra, assim, tanto mais presente e ativo (sem ser reduzido a um construto objetivo) quanto mais se evidencia o desvelamento do conteúdo invisível numa forma objetivada mediante o friccionamento dos aspectos particulares da realidade geográfica e o todo, tal como a hermenêutica e a atitude romântica dos primeiros

geógrafos modernos a empreendiam. Por isso, reconhecer um sujeito implicado no edifício de objetivação geográfica é uma tarefa um tanto quanto ingrata, já que ao compreendê-lo ele de imediato se esvai, restando senão sua forma lógico-objetiva, e não o *quale* de sentido que lhe caracterizaria como uma qualidade criativa. Este é o grande mistério do sujeito, seu caráter indiscernível e informe: *afirmar o sujeito é também de alguma maneira negá-lo*.

Referências

- BADIOU, A. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1994.
- BESSE, J. M. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, E. **O homem e a Terra: natureza e realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a escola de Berkeley – uma apreciação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- HETTNER, A. A geografia como ciência corológica da superfície terrestre. **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo/UFF, vol. 13, nº. 25, pp. 136-152, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13619>. Acesso em: 15 abr 2022.
- LA BLACHE, P. V. O princípio da geografia geral. **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo/UFF, ano III, nº. 6, pp. 135-147, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13415>. Acesso em: 15 abr 2022.
- LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1997.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal/Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LIMA, E. L. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARTINS, E. Rodrigues. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, nº. 21, pp. 33-5, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74047>. Acesso em: 15 abr 2022.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MOORE, A. Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 3-24, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13829/9032>. Acesso em: 15 abr 2022.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a geografia crítica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SILVA, A. C. A aparência, o ser e a forma – geografia e método. **GEOgraphia**, Niterói: PPGeo/UFF, ano II, nº. 3. pp. 7-25, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13372>. Acesso em: 15 abr 2022.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografia pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SORRE, M. A geografia humana (Introdução). **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo/UFF, ano V, nº. 10, pp. 137-143, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13461>. Acesso em: 15 abr 2022.

ŽIŽEK, S. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.